

Resultados 1T21



isa

CTEEP



Resultados 1T21

São Paulo, 29 de abril de 2021 – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP", "Companhia", B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do primeiro trimestre de 2021 (1T21). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) na seção de "Anexos" deste documento.

Principais Indicadores Regulatórios (R\$ Milhões)	Consolidado		
	1T21	1T20	Var (%)
Receita Líquida	852,8	734,3	16,1%
EBITDA	696,8	597,1	16,7%
EBITDA Ajustado ¹	770,4	599,6	28,5%
Margem EBITDA Ajustado ²	83,2%	81,7%	1,6 p.p.
Lucro Líquido ³	308,1	308,3	-0,05%
Margem Líquida	36,1%	42,0%	-5,9 p.p.
ROE (acumulado de 12 meses)	20,2%	18,4%	1,8 p.p.

¹Ajustado pelo recebimento da Parcela de Ajuste (PA), sem considerar a provisão, e efeitos não recorrentes

²Considera a receita líquida ajustada pelo recebimento da PA

³Ajustado pela participação do acionista não controlador



ÍNDICE

1.	A ISA CTEEP	
1.1	A ISA CTEEP	4
1.2	Composição Acionária	5
1.3	Estrutura Societária	6
1.4	Crescimento	6
2.	Desempenho Operacional	7
3.	Desempenho Financeiro	
3.1	Receita Operacional	8
3.2	Custos e Despesas de O&M	9
3.3	Equivalência Patrimonial	9
3.4	EBITDA e Margem	10
3.5	Resultado Financeiro	11
3.7	Lucro Líquido	12
3.8	Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)	13
4.	Endividamento	14
5.	Proventos	15
6.	Investimentos	
6.1	Investimentos em Reforços e Melhorias	15
6.2	Investimentos em Projetos <i>Greenfield</i>	16
7.	Sustentabilidade Desempenho ESG	18
9.	Mercado de Capitais	19
10.	Eventos do Período	20
11.	Eventos Subsequentes	21
12.	Próximos Eventos	21
12.	Outras Informações Relevantes	22
13.	Glossário	26
14.	Anexos	29

* Resultados em Excel disponível no website de Relações com Investidores



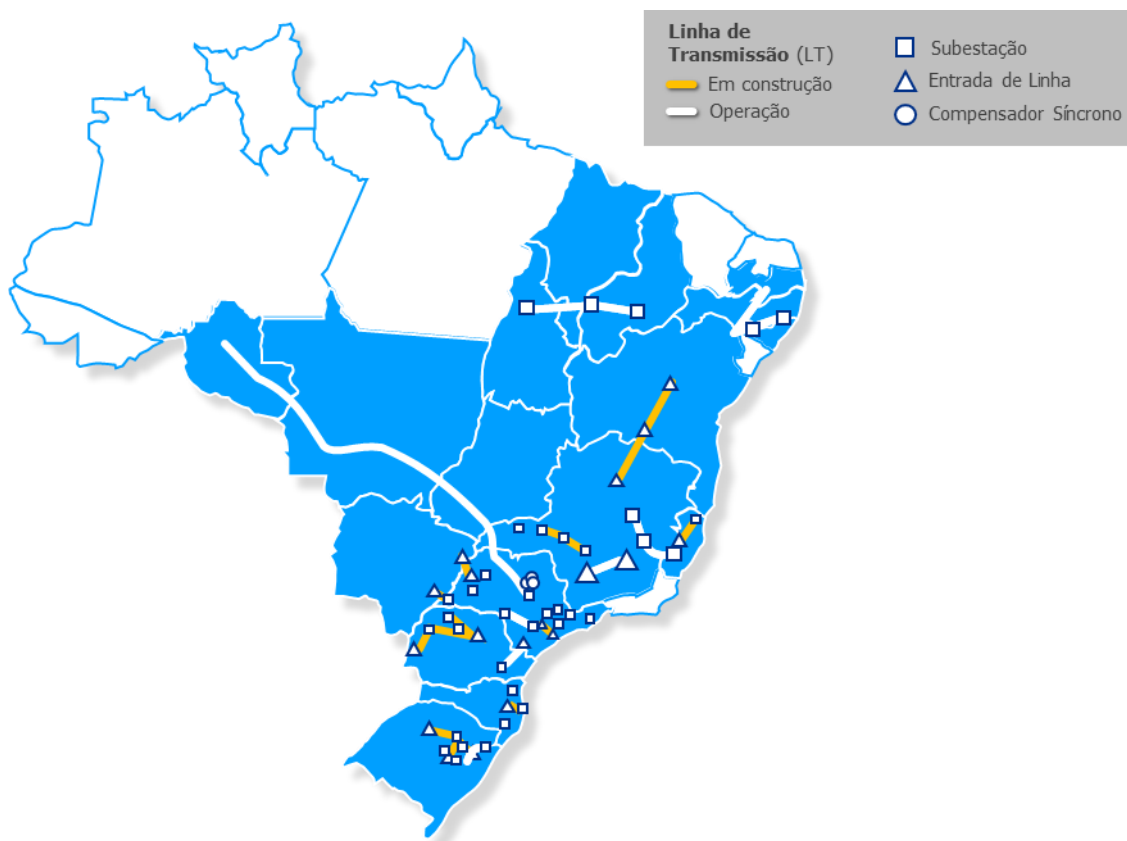
A ISA CTEEP

A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão do setor elétrico brasileiro. Por meio de suas atividades e de suas controladas e coligadas, a Companhia atua em 17 estados do País (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo e Bahia), e é responsável por aproximadamente 33% de toda a energia elétrica transmitida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 31 de março de 2021, a capacidade instalada da Companhia (controladora, subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas¹ em operação) totalizou 68,9 mil MVA de capacidade de transformação, 18,8 mil quilômetros de linhas de transmissão, 26,1 mil quilômetros de circuitos e 129 subestações próprias.

Para operar com eficiência nosso complexo sistema de transmissão, dispomos de uma equipe de cerca de 1.400 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Comprometidos com o desenvolvimento da infraestrutura energética do País, realizamos contínuos investimentos, mantendo nossa rede modernizada e contribuindo diretamente para a expansão do sistema de transmissão nacional. Nos últimos anos, a Companhia arrematou 14 lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL.



¹ IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí

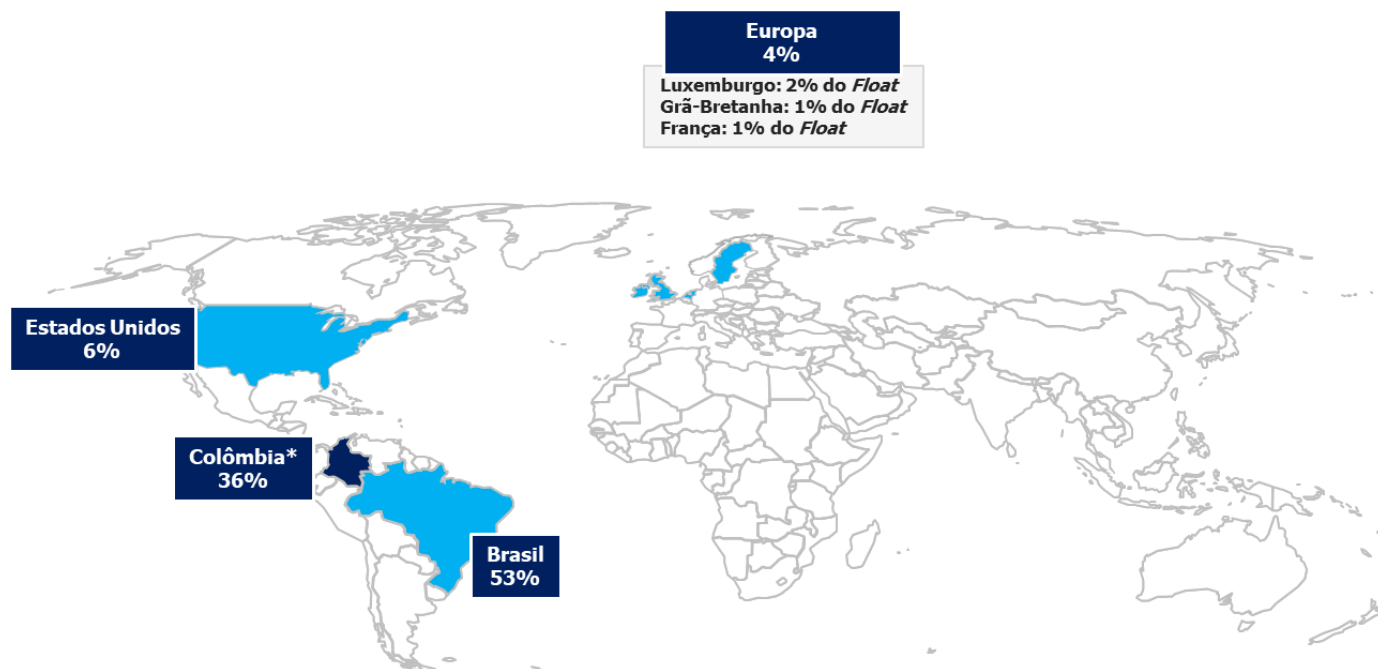
Composição Acionária

A ISA CTEEP é controlada pela ISA, empresa multilatina de sistemas de infraestrutura lineares.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
ISA Capital do Brasil	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Administradores	0	0,00%	5.310	0,00%	5.310	0,00%
Ações em Circulação	27.080.900	10,50%	395.795.734	98,72%	422.876.634	64,18%
Eletrobras	25.157.077	9,75%	210.692.269	52,55%	235.849.346	35,80%
Outros	1.923.823	0,75%	185.103.465	46,17%	187.027.288	28,39%
Total	257.937.732	100,00%	400.945.572	100,00%	658.883.304	100,00%

Data base:
31/03/2021

Distribuição do Capital Total em 31/03/2021



* Considera participação da Isa Capital do Brasil, veículo de investimento da ISA para a aquisição da ISA CTEEP.

** 1% do *Float* está pulverizado nas demais regiões

Excluindo as participações de Eletrobras e ISA, em 31 de março de 2021, 39% da base acionária era composta por investidores estrangeiros (22% América do Norte, 15% Europa, 1% Ásia e 1% Oceania) e 61% por investidores brasileiros.

Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP compreende suas empresas controladas (subsidiárias 100%) e coligadas (subsidiárias não controladas)², conforme demonstrado abaixo:

	Local	RAP Ciclo 2020/2021 ¹ (R\$ milhões)	RAP Ciclo ISA CTEEP 2020/2021 (R\$ milhões)	Regime Fiscal ²	Participação (%)	Consolidação	
ISA CTEEP	Operacional	São Paulo	3131	3.131	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Madeira	Operacional	Rondônia / SP	552	282	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Furnas 24,5% / Chesf 24,5%	Equivalência Patrimonial
IE Ivaí	Em construção	Paraná	300	150	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Paraguaçu	Em construção	Bahia / MG	121	61	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Garanhuns	Operacional	Pernambuco	95	48	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Chesf 49%	Equivalência Patrimonial
IE Aimorés	Em construção	Minas Gerais	81	41	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
PBTE	Operacional	São Paulo	172	172	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Riacho Grande	Em construção	São Paulo	68	68	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Pinheiros	Operacional	São Paulo	63	63	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Aguapeí	Operacional	São Paulo	60	60	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Serra do Japi	Operacional	São Paulo	56	56	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaúnas	Em construção	Espírito Santo	53	53	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE NNE	Operacional	Tocantins	53	53	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaquerê	Operacional	São Paulo	52	52	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IEMG	Operacional	Minas Gerais	20	20	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
	Em construção	Minas Gerais	33	33			
Evrecy	Operacional	Espírito Santo	13	13	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
	Em construção	Rio Grande do Sul	38	38			
IE Biguaçu	Em construção	Santa Catarina	41	41	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Operacional	SP / Paraná ³	21	21	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
	Em construção	Mato Grosso do Sul / SP	5	5			
IE Itapura	Operacional	São Paulo (Bauru)	12	12	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
	Em construção	São Paulo (Lorena)	11	11			
IE Sul	Operacional	Rio Grande do Sul	20	20	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
Total			5.071	4.503			

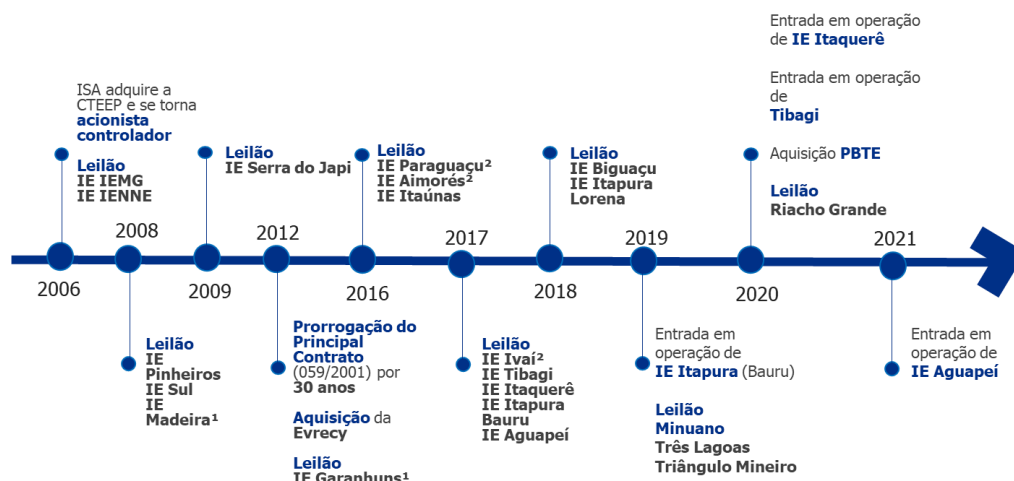
¹ RAP ciclo 2020/2021 com PA, líquida de PIS e COFINS

² Lucro Presumido: calcula-se presunção de 8% sobre a receita operacional com retenção de 25% de IR sobre o valor presumido. Para o CSLL, calcula-se presunção de 12% sobre a receita operacional com retenção de 9% de CSLL sobre o valor presumido. Lucro Real: 34% de IR + CSLL sobre lucro tributável apurado

³ RAP da IE Tibagi não considera ajuste decorrente do aditivo contratual (-13,5%), aprovado pela Diretoria da ANEEL em 26/10/20

Crescimento

A história da ISA CTEEP demonstra sólido crescimento com geração de valor sustentável:



¹ ISA CTEEP 51%

² ISA CTEEP 50%

² IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí

A ISA CTEEP está constantemente avaliando oportunidades no mercado para o seu crescimento e tem avançado neste âmbito. A estratégia da Companhia consiste em expandir a sua presença no território nacional por meio de leilões e/ou aquisições com sinergias com as operações existentes, respeitando a premissa de geração de valor sustentável.

Nos últimos anos, a Companhia arrematou 14 lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que somam capex ANEEL (ponderado pela participação da ISA CTEEP) de R\$ 6,3 bilhões com incremento da RAP (ciclo 2020/2021) de cerca de R\$ 645 milhões, após a entrada em operação dos ativos. Até março de 2021, foram investidos cerca de R\$ 2,2 bilhões nesses projetos.

A Companhia já energizou 4 desses projetos com eficiência média de capex de 36% e antecipação média de 11 meses, conforme tabela abaixo.

	Investimento Realizado (R\$ milhões)	Investimento ANEEL ¹ (R\$ milhões)	Eficiência (%)	Antecipação (meses)
Itapura Bauru	63	126	-50%	-18
Itaquerê	250	398	-40%	-11
Tibagi	118	135	-12%	-8
Aguapeí	360	602	-43%	-6
Média			-36%	-11

¹ Valores na data do leilão

Outra importante avenida de crescimento é o investimento em projetos de reforços e melhorias. Nos últimos 8 anos, a Companhia investiu em média R\$ 220 milhões/ano em reforços e melhorias nos seus próprios ativos, com RAP média associada de aproximadamente R\$ 45 milhões/ano. É importante ressaltar que estes valores representam uma média, pois dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL, e podem não ser lineares, pois também estão sujeitos à RTP. A Companhia possui autorizações para mais de R\$ 1,4 bilhão de investimentos em reforços e melhorias que serão executados, aproximadamente, nos 3 próximos anos.

A seção de Investimentos traz mais detalhes dos projetos de crescimento, assim como o Anexo I.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A ISA CTEEP é uma empresa referência no setor em termos de desempenho. A Companhia realiza uma gestão constante e minuciosa de seus indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia.

No 1T21, o IENS da Companhia totalizou 0,000083% vs. 0,000115% no 1T20. Para o SIN, o IENS totalizou 0,0032% em janeiro de 2021.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua receita, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV). Em março de 2021, a PV aplicada foi de 1,07% da RAP de rede básica e fronteira.

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Receita Operacional

No 1T21, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 1,0 bilhão (+R\$ 148,7 milhões vs. 1T20). Esse resultado deve-se (i) ao impacto positivo do ciclo da RAP 2020/2021, que considera a variação positiva do IPCA e os impactos da aplicação da Revisão Tarifária; (ii) à entrada em operação de projetos de reforços e melhorias e dos projetos *greenfield* energizados nos últimos 12 meses; e (iii) à conclusão da aquisição da Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia ("PBTE"), com consolidação no resultado econômico-financeiro da Companhia a partir de março de 2021.

Receita Operacional (R\$ Milhões)	Consolidado		
	1T21	1T20	Var (%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	991,0	843,8	17,5%
RBSE	493,8	415,5	18,9%
Contrato 059	204,6	223,5	-8,4%
CAAE	-	-	-
O&M	204,6	223,5	-8,4%
Reforços e Melhorias (Contrato 059)	113,0	102,9	9,9%
CAAE	98,2	89,2	10,1%
O&M	14,9	13,7	8,5%
Contratos Licitados	73,6	48,9	50,4%
CAAE	63,6	42,0	51,3%
O&M	10,0	6,9	44,9%
PBTE	18,1	-	-
PA, PV e Antecipações	31,7	18,5	71,5%
PA (RBSE e RTP)	-	-	-
Outras PA, PV e Antecipações	31,7	18,5	71,5%
Encargos Regulatórios	56,1	34,5	62,6%
Outras	9,2	7,7	18,8%
Receita Bruta	1.000,2	851,5	17,5%
Deduções	-147,3	-117,1	25,8%
Receita Líquida	852,8	734,3	16,1%

As deduções da receita bruta referem-se aos impostos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (CDE, PROINFA, RGR, P&D e Taxa de Fiscalização) que são repassados na tarifa (*gross up*). As deduções atingiram R\$ 147,3 milhões 1T21, aumento de 25,8% em relação ao 1T20, em função principalmente do aumento da receita com o encargo de CDE e do PROINFA, explicado pelo aumento do consumo de cliente livre na comparação dos períodos. Vale ressaltar que este efeito é neutralizado quando este montante é repassado à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") via deduções. Desta forma, a receita líquida totalizou R\$ 852,8 milhões no 1T21.

Custos e Despesas de O&M

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T21	1T20	Var (%)
Pessoal	-79,1	-74,9	5,7%
Materiais	-3,4	-3,0	12,8%
Serviços	-30,0	-30,1	-0,2%
Outros	-19,4	-19,1	1,4%
PMSO	-131,9	-127,1	3,8%
Não recorrentes	-1,0	-2,5	-60,0%
Entidade de Previdência Privada	-11,9	-	N.A.
Contingências	2,0	1,9	4,0%
Depreciação	-136,9	-140,6	-2,6%
Demais custos e despesas	-147,8	-141,2	4,7%
Total dos Custos e Despesas	-279,7	-268,2	4,3%

O PMSO, expurgando os efeitos não recorrentes (gastos com Covid-19, projetos de crescimento e auto de infração), foi de R\$ 131,9 milhões no 1T21 (+3,8% vs. 1T20). Esse resultado é explicado:

- (i) pelo incremento nos gastos com pessoal, em função, principalmente, do acordo sindical; e
- (ii) pelo incremento na linha de materiais em função, principalmente, de aquisição de insumos para atuação das equipes operacionais frente ao Covid-19.

Os demais custos e despesas totalizaram R\$ 147,8 milhões (+4,7% vs. 1T20). Esse resultado é explicado principalmente pela maior despesa com Entidade de Previdência Privada devido ao registro de provisão relacionado ao passivo atuarial dos benefícios de suplementação de aposentadoria por conta do CPC 33. Tal impacto gerou uma despesa no valor de R\$ 11,9 milhões no 1T21, sem efeito no caixa.

Os custos e despesas de O&M totalizaram R\$ 279,7 milhões no 1T21 (+4,3% vs 1T20).

A Companhia tem como foco disciplina financeira para neutralizar a inflação da estrutura de custos e despesas.

Equivalência Patrimonial

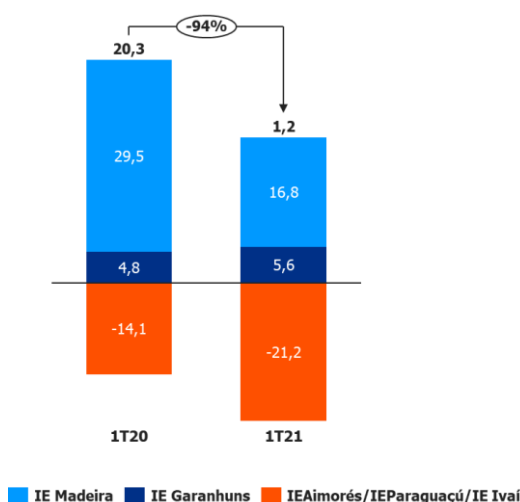
No 1T21 o resultado da equivalência patrimonial registrou receita de R\$ 1,2 milhão (-94% vs 1T20).

A IE Madeira apresentou redução de 43,1% no trimestre em função de reversão de provisão tributária no 1T20, que não se repetiu no 1T21 e do aumento da despesa financeira referente à atualização financeira de contas a pagar decorrente da decisão do processo judicial.

A IE Garanhuns apresentou um aumento de 15,9% no trimestre em função principalmente do melhor EBITDA.

Nas subsidiárias pré-operacionais a variação é explicada, principalmente, pelas despesas financeiras decorrente da emissão de debêntures da IE Ivaí para o *funding* do projeto.

Resultado de Equivalência Patrimonial (R\$ milhões)



EBITDA e Margem

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T21	1T20	Var (%)
Receita líquida	852,8	734,3	16,1%
Custos e despesas (ex-depreciação)	-142,9	-127,7	11,9%
Outras despesas e receitas operacionais (ex-amortização)	-13,1	-9,6	36,8%
EBITDA	696,8	597,1	16,7%
Recebimento do retroativo da PA (RTP e RBSE)	72,6	-	-
Custos e despesas não recorrentes ¹	1,0	2,5	-60,0%
EBITDA Ajustado	770,5	599,6	28,5%
Receita Ajustada²	925,4	734,3	26,0%
Margem Ebitda Ajustado	83,2%	81,7%	2,0%

¹Considera gastos não recorrentes com auto de infração, projetos de crescimento e despesas com Covid-19

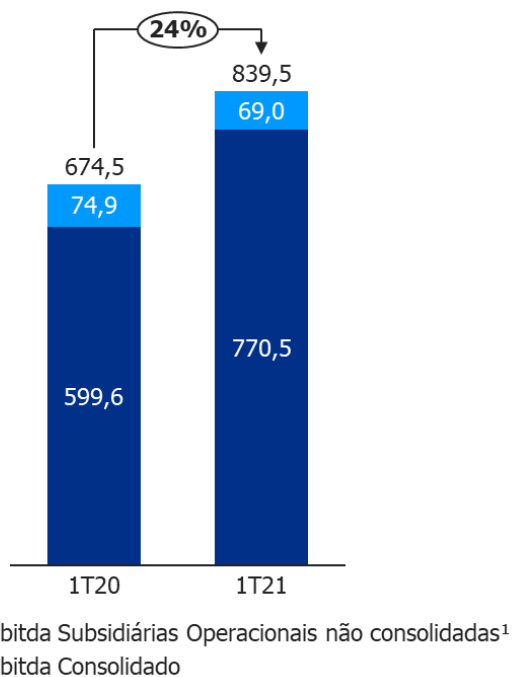
²Considera receita líquida ajustada pela PA (RTP e RBSE)

O EBITDA totalizou R\$ 696,8 milhões no 1T21, aumento de 16,7% em relação ao 1T20. Esse resultado é explicado, principalmente, pelo aumento da receita, devido aos seguintes fatores: (i) ao impacto positivo do ciclo da RAP 2020/2021, que considera a variação positiva do IPCA e os impactos da aplicação da Revisão Tarifária; (ii) à entrada em operação de projetos de reforços e melhorias e dos projetos *greenfield* energizados nos últimos 12 meses; e (iii) à conclusão da aquisição da PBTE, com consolidação no resultado econômico-financeiro da Companhia a partir de março de 2021. Tal item foi parcialmente compensado pelo aumento nos custos com entidade de previdência privada devido ao registro de provisão relacionado ao passivo atuarial dos benefícios de suplementação de aposentadoria por conta do CPC 33.

Para refletir a geração de caixa operacional, a Companhia apresenta o EBITDA Ajustado, que totalizou R\$ 770,5 milhões no 1T21, aumento de 28,5% na comparação com o 1T20. O ajuste considera o valor recebido da PA (RTP e RBSE) no período, além de excluir os efeitos não recorrentes para apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia.

O EBITDA da participação da ISA CTEEP nas subsidiárias não consolidadas IE Madeira e IE Garanhuns totalizou R\$ 58,7 milhões e R\$ 10,3 milhões no 1T21, respectivamente. Dessa forma, o EBITDA Ajustado considerando Madeira e Garanhuns foi de R\$ 839,4 milhões no trimestre (+24% vs 1T20).

EBITDA Ajustado (R\$ milhões)



¹ IE Madeira e IE Garanhuns

Resultado Financeiro

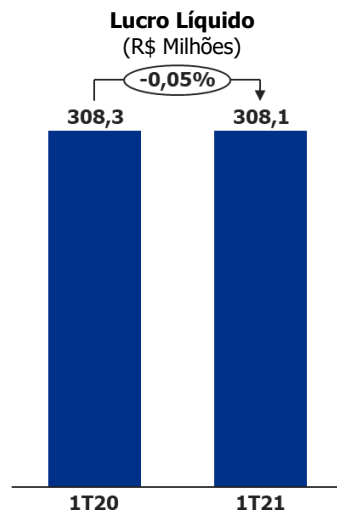
O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 116,2 milhões no 1T21, acréscimo de R\$ 67,6 milhões comparado à despesa no 1T20. Esse resultado deve-se às novas captações (9ª e 10ª emissão de debêntures, CCB e desembolsos BNDES) e ao menor rendimento de aplicações financeiras, em decorrência da queda do CDI.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T21	1T20	Var (%)
Receita Financeira	19,8	193,6	-89,7%
Rendimento de aplicação financeira	9,8	22,0	-55,6%
Operação de hedge	-	170,1	N.A.
Outros	10,0	1,5	565,1%
Despesa Financeira	(135,9)	(242,2)	-43,9%
Juros e encargos sobre empréstimos	(133,7)	(63,1)	112,0%
Operação de hedge	-	(176,0)	N.A.
Outras	(2,1)	(3,1)	-31,3%
Total	(116,2)	(48,6)	138,9%



Lucro Líquido¹

O lucro líquido registrado no 1T21 foi de R\$ 308,1 milhões, estável em relação ao 1T20.



¹ Ajustado pela participação do acionista não controlador

Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

As principais variações entre o resultado consolidado em IFRS e Regulatório no trimestre e acumulado do ano estão apresentadas abaixo:

DRE Consolidada (R\$ milhões)	IFRS	Regulatório	Variação
IFRS vs. Regulatório	1T21	1T21	
Receita Operacional Bruta	1.260	1.000	260
Receita de O&M ¹	318	318	-
Receita CAEE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) ²	0	179	- 179
Receita RBSE	367	494	-127
Implementação de infraestrutura	236	0	236
Remuneração do ativo da concessão	312	0	312
Ganho/Perda na eficiência na implementação de infraestrutura	21	0	21
Outras receitas	7	9	-2
Deduções	-172	-147	-25
Receita Operacional Líquida	1.088	853	235
Custos de Construção	-186	0	-186
Custos de O&M e Despesas Gerais	-129	-138	8
Custos dos serviços prestados	-5	-5	-
Depreciação	-5	-137	132
Resultado do Serviço	-325	-280	- 45
Equivalência Patrimonial	124	1	123
Amortização do ágio	-1	-1	-0
Outras receitas (despesas) operacionais	-10	-13	3
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	761	444	316
Resultado Financeiro	-116	-116	0
IR & CSLL	-176	-134	-42
Lucro Líquido antes da participação do acionista não controlador	584	310	274
Participação do acionista não controlador	-2	-2	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	582	308	274

¹ Contempla RAP de O&M, PA, PV, Antecipações e Encargos Regulatórios da Controladora e das Subsidiárias

² Contempla Receita de CAEE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) da Controladora e das Subsidiárias

Receita: No IFRS, as receitas referentes aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas reconhecimento da margem de construção e determinação da taxa de desconto do ativo contratual. No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil, e a RAP conforme o faturamento, no prazo da concessão.

Custos: No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado, calculada a partir do investimento acrescido das alíquotas de PIS/COFINS e outros encargos.

Depreciação: No IFRS, o ativo da concessão não é considerado ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculado ao contrato de concessão. No Resultado Regulatório, o ativo da concessão é considerado imobilizado, com sua respectiva depreciação.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial acompanham as explicações da receita, custos e depreciação explicados acima.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurado conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal. A alíquota efetiva consolidada no 1T21 totalizou 23% em IFRS e 23% no regulatório.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de março de 2021, a dívida bruta atingiu o montante de R\$ 5.554,5 milhões, aumento de R\$ 1.072,3 milhões em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, principalmente em função da captação da 10ª emissão de debentures realizada em fevereiro de 2021 e reconhecimento de R\$ 375 milhões da dívida de PBTE, após a conclusão da compra do ativo.

A queda nas disponibilidades da ISA CTEEP e subsidiárias 100% no 1T21 reflete principalmente a compra de PBTE (R\$ 1,6 bilhão), parcialmente compensada pela captação realizada para a recomposição de caixa frente aos investimentos realizados pela Companhia.

Considerando a exclusão das disponibilidades das subsidiárias não consolidadas, a dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 4.231,1 milhões em março de 2021 vs. R\$ 2.332,5 milhões em dezembro de 2020 e a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 1,5x no fechamento de 1T21.

Empréstimos e Financiamentos			
R\$ (milhões)	31/03/2021	31/12/2020	Var (%)
Dívida Bruta	5.554,5	4.482,2	23,9%
Curto Prazo	687,9	312,6	120,1%
Longo Prazo	4.866,6	4.169,6	16,7%
Disponibilidades Consolidadas	1.679,3	2.520,9	-33,4%
Disponibilidades ISA CTEEP e Subsidiárias 100%	1.323,4	2.149,7	-38,4%
Disponibilidades Subsidiárias não consolidadas ¹	355,9	371,2	-4,1%
Dívida Líquida²	4.231,1	2.332,5	81,4%

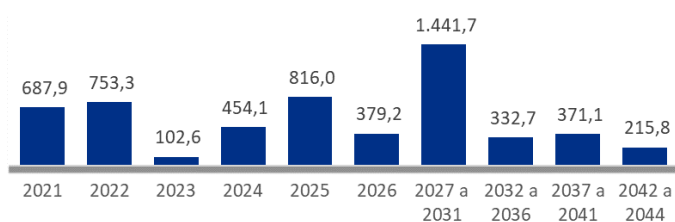
¹ Parte dos recursos da Companhia estão em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas (IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí), e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados

² Dívida líquida considera disponibilidades ISA CTEEP e subsidiárias 100%

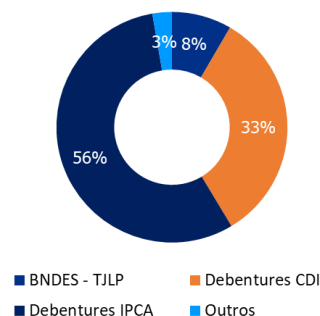
Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia. Para 2021, o indicador Dívida Líquida/EBITDA mais restritivo é de 3,0x. Detalhes sobre os indicadores financeiros estão disponíveis no anexo VII deste documento.

O custo médio da dívida consolidada foi de 8,80% a.a. em 31 de março de 2021 vs. 7,59% a.a. em 31 de dezembro de 2020. O IPCA é o principal indexador de endividamento da Companhia e o principal indexador da receita. O prazo médio da dívida consolidada em 31 de março de 2021 era de 7,1 anos.

**Cronograma de Amortização da Dívida Bruta
(R\$ milhões)**



**Contratação da Dívida e Indexação
31/03/2021**



PROVENTOS

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício (IFRS).

Em junho de 2018, a administração informou a prática de proventos com proposta de distribuição de, no mínimo, 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como proxy da geração de caixa), sujeita à aprovação em Assembleia, limitado à alavancagem máxima de 3,0x Dívida Líquida/EBITDA, e possibilidade de pagamento de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 22 de fevereiro de 2021, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 531,2 milhões correspondentes a R\$ 0,806156/ação que serão pagos em 21 de maio de 2021.

INVESTIMENTOS

A ISA CTEEP, suas subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas³ investiram R\$ 290,9 milhões no 1T21, aumento de R\$ 13,4 milhões em relação ao 1T20. Essas variações são explicadas, principalmente, pelo aumento nos investimentos autorizados em reforços e melhorias.

(R\$ milhões)	1T21	1T20	Var (%)
Reforços e Melhorias	58,7	7,1	726,8%
Projetos <i>Greenfield</i>	232,1	270,4	-14,2%
Total	290,9	277,5	4,8%

O anexo I detalha os investimentos por projeto *greenfield*.

Investimentos em Reforços e Melhorias

No 1T21, foram realizados R\$ 58,7 milhões de investimentos, aumento de R\$ 51,6 milhões em relação ao mesmo período de 2020.

A Companhia possui autorizações para 273 projetos com investimento ANEEL de R\$ 1,4 bilhão que serão executados, aproximadamente, nos próximos 3 anos. Para 2021, é esperada a energização de metade dos projetos de reforços no *pipeline*.

³ IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí

Investimentos em Projetos *Greenfield*

Nos últimos 6 anos, a Companhia arrematou 14 lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que somam investimento ANEEL (ponderado pela participação da ISA CTEEP) de R\$ 6,3 bilhões com incremento da RAP (ciclo 2020/2021) de cerca de R\$ 645 milhões, após a entrada em operação dos ativos. A Companhia já energizou 4 desses projetos (Itapura Bauru, Itaquerê, Tibagi e Aguapeí) com eficiência média de capex de 36% e antecipação média de 11 meses.

A seguir, apresentamos as informações dos projetos arrematados:

IE Itapura

A Interligação Elétrica Itapura S.A. ("IE Itapura") é responsável pela execução do Lote 25 arrematado no Leilão nº 015/2016 ("Itapura Bauru"), promovido pela ANEEL em abril de 2017, e do Lote 10 arrematado no Leilão nº 02/2018 ("Itapura Lorena"), realizado em junho de 2018. Itapura Bauru está localizada no estado de São Paulo e é formada pela implantação de um compensador estático 440 kV (-125/+250) MVar na subestação Bauru (existente). A instalação desse equipamento na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão na malha de 440 kV do Estado de São Paulo. As obras foram iniciadas no 2T18 e concluídas no 3T19, quando o empreendimento obteve o Termo de Liberação Definitiva ("TLD") do ONS referente ao início da sua operação comercial plena em 27 de agosto de 2019. Esse projeto foi concluído com eficiência de capex de 50% e antecipação de 18 meses. Itapura Lorena é responsável pela implantação de uma subestação com potência máxima de 1.200 MVA, na cidade de Lorena, estado de São Paulo, e linha de transmissão de 7km de circuito. Em agosto de 2019, a subsidiária obteve LI expedida pela CETESB referente à subestação do empreendimento, dando início imediato às obras no 3T19. Até 31 de março de 2021, o capex total realizado nesse projeto foi de R\$ 87 milhões.

IE Itaquerê

A Interligação Elétrica Itaquerê S.A. ("IE Itaquerê") é responsável pela execução do Lote 6 arrematado no Leilão nº 015/2016 promovido pela ANEEL em abril de 2017. O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de três compensadores síncronos 500 kV (-180/+300) MVA na subestação Araraquara 2 (existente, operada pela State Grid). A instalação desses equipamentos na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão para os sistemas de 440 e 500 kV do Estado de São Paulo. A subsidiária iniciou suas obras no 3T18. O primeiro equipamento foi energizado em julho de 2020 recebeu RAP parcial até sua conclusão, em dezembro de 2020. Esse projeto foi entregue com eficiência de capex de 40% e antecipação de 11 meses.

IE Tibagi

A Interligação Elétrica Tibagi S.A. ("IE Tibagi") é responsável pela execução do Lote 5 arrematado no Leilão nº 015/2016 promovido pela ANEEL em abril de 2017. O empreendimento está localizado nos estados de São Paulo e Paraná e é formado pela implantação de uma linha de transmissão de 17 km e uma subestação. Em julho de 2018, a subsidiária obteve LI do IBAMA e as obras foram iniciadas no 3T18. Esse projeto foi entregue no 4T20 com eficiência de capex de 12% e antecipação de 8 meses.

IE Aguapeí

A Interligação Elétrica Aguapeí S.A. ("IE Aguapeí") é responsável pela execução do Lote 29 arrematado no Leilão nº 005/2016 promovido pela ANEEL em abril de 2017. O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de subestações de 1.400 MVA de potência e o 121 km de linhas de transmissão (140 km de circuito). Em junho de 2019, a subsidiária obteve todas as LI's expedidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") e iniciou suas obras no 3T19. A energização ocorreu no 1T21. Esse projeto foi entregue com 6 meses de antecedência do prazo ANEEL e eficiência de capex de 40%.

IE Itaúnas

A Interligação Elétrica Itaúnas S.A. ("IE Itaúnas") é responsável pela execução do Lote 21 arrematado no Leilão nº 013/2015 promovido pela ANEEL em outubro de 2016. O empreendimento está localizado no estado do Espírito Santo e é formado pela implantação de 79 km de linhas de transmissão, a construção de uma nova subestação e a ampliação de uma subestação existente. As obras de ampliação iniciaram no 3T18. As licenças de instalação para a linha de transmissão e para a construção da subestação foram expedidas em agosto de 2019, e suas obras iniciadas no 3T19. Até 31 de março de 2021, o capex total realizado no projeto foi de R\$ 189,3 milhões.

IE Biguaçu

A Interligação Elétrica Biguaçu S.A. ("IE Biguaçu") é responsável pela execução do lote 01 leilão ANEEL nº 002/2018 realizado em junho de 2018. O empreendimento está localizado no estado de Santa Catarina e é formado pela implementação de uma subestação de 300 MVA de potência, a ampliação de uma subestação, e a construção de uma linha de transmissão de 57 km de circuito, incluindo trechos aéreos, submarinos e subterrâneos. No 4T20, o projeto obteve a Licença de Instalação para a subestação Ratores e equipamentos das zonas de transição. O processo de licenciamento das linhas de transmissão foi concluído no 1T21. Até 31 de março de 2021, o capex total realizado no projeto foi de R\$ 162,5 milhões.

IE Paraguaçu

A IE Paraguaçu é responsável pela execução do Lote 3 arrematado no Leilão nº 013/2015 promovido pela ANEEL em outubro de 2016, em que a Companhia participa em parceria com a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), na proporção igualitária de 50%. O empreendimento está localizado nos estados da Bahia e de Minas Gerais e é formado pela implementação de 338 km de linhas de transmissão. Em maio de 2019, a transmissora obteve a Licença de Instalação para o empreendimento, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA"), e as obras iniciaram no 2T19. Até 31 de março de 2021, o capex total realizado no projeto referente à participação da ISA CTEEP foi de R\$ 232,3 milhões.

IE Aimorés

A IE Aimorés é responsável pela execução do Lote 4 arrematado no Leilão nº 013/2015 promovido pela ANEEL em outubro de 2016, em que a Companhia participa em parceria com a Taesa, na proporção igualitária de 50%. O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 208 km de linhas de transmissão. Em abril de 2019, a LI foi expedida pelo IBAMA e as obras iniciaram no 2T19. Até 31 de março de 2021, o capex total realizado no projeto referente à participação da ISA CTEEP foi de R\$ 157,4 milhões.

IE Ivaí

A IE Ivaí é responsável pela execução do Lote 01 arrematado no Leilão nº 05/2016 promovido pela ANEEL em abril de 2017, em que a Companhia participa em parceria com a Taesa, na proporção igualitária de 50%. O empreendimento está localizado no estado do Paraná e é formado pela implementação de 3 subestações com potência total de 2.988 MVA, além de 600 km de linhas de transmissão em Circuito Duplo, totalizando 1.200km. Em outubro de 2019, as obras foram iniciadas. Até 31 de março de 2021, o capex total realizado no projeto referente à participação da ISA CTEEP foi de R\$ 549,1 milhões.

Projeto Minuano

O projeto Minuano é responsável pela execução do Lote 3 arrematado no Leilão nº 02/2019 promovido pela ANEEL em dezembro de 2019. O empreendimento está localizado no estado do Rio Grande do Sul e é formado pela implementação de uma subestação com 800 MVA de potência, além da construção de 169 km em linhas de transmissão. No 4T20, o projeto obteve a Licença de Instalação para a subestação Caxias Norte. O processo de licenciamento das linhas de transmissão está em andamento. Até 31 de março de 2021, o capex total realizado nesse projeto foi de R\$ 19,4 milhões. Esse contrato de concessão está na subsidiária Evrecy.

Projeto Três Lagoas

O projeto Três Lagoas é responsável pela execução do Lote 6 arrematado no Leilão nº 02/2019 promovido pela ANEEL em dezembro de 2019. O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, formado pela implementação de 37 km de linhas de transmissão, além da ampliação de duas subestações. A LI do empreendimento foi obtida em janeiro de 2021. Até 31 de março de 2021, o capex total realizado do projeto foi de R\$ 3,5 milhões. Esse contrato de concessão está na subsidiária IE Tibagi.

Projeto Triângulo Mineiro

O projeto Triângulo Mineiro é responsável pela execução do Lote 7 arrematado no Leilão nº 02/2019 promovido pela ANEEL em dezembro de 2019. O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 4 subestações com potência total de 1.600 MVA, além de cerca de 173 km de linhas de transmissão. A expectativa é de obter a LI no 3T21. Até 31 de março de 2021, o capex total realizado do projeto foi de R\$ 18,1 milhões. Esse contrato de concessão está na subsidiária IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.).



Projeto Riacho Grande

O projeto Riacho Grande é responsável pela execução do Lote 7 arrematado no Leilão nº 01/2020 promovido pela ANEEL em dezembro de 2020. O empreendimento é formado pela implementação de 63 km de linhas de transmissão e de 800 MVA de potência para suprir as cargas das regiões Norte, Sul e Leste do município de São Paulo e região do ABC. A expectativa de obtenção da LI é no 3T23.

SUSTENTABILIDADE | Desempenho ESG⁴

A ISA CTEEP é signatária do Pacto Global desde 2011, e seus compromissos são reforçados pela estratégia da Companhia, que tem como foco a geração de valor sustentável e responde aos desafios globais expressos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A Companhia busca contribuir com o alcance dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), considerando prioritariamente seis deles, tendo as alianças e cooperações (ODS 17) como eixo transversal de sustentação.



Aporta recursos e conhecimentos em prol das novas gerações, a partir da estratégia de investimento social privado, do voluntariado corporativo e do Conexões para o Desenvolvimento, um dos programas de sustentabilidade da Companhia que busca fortalecer as capacidades do ecossistema comunitário para gerar transformações nos territórios de influência.



Contribui por meio da transmissão de energia elétrica, participando ativamente do setor elétrico e nos ecossistemas de inovação, desenvolvendo iniciativas para a criação de uma sociedade com infraestrutura inovadora e que proporciona bem-estar e acesso à energia com confiabilidade e segurança para população. A Companhia reforça seu compromisso na conexão de energia renovável, a partir de emissões de debêntures verdes (*GreenBonds*) para execução de reforços, melhorias e investimentos em novos projetos.



O "Conexão Jaguar", um dos programas de sustentabilidade da Companhia, tem como principais objetivos, a conservação da biodiversidade, a mitigação das mudanças do clima e o desenvolvimento local. Atualmente apoia uma das regiões reconhecidas como Patrimônio Natural da Humanidade – Serra do Amolar, Pantanal – com a conservação de mais de 76 mil hectares de áreas preservadas. Para saber mais, acesse: <https://conexionjaguar.org/pt-br/conexao-jaguar/>.



O inventário de emissão de gases de efeito estufa (GEE) da ISA CTEEP é verificado por terceira parte independente e reconhecido com o Selo Ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol.



Com a revisão da metodologia do Índice Carbono Eficiente da B3, expandindo o convite às empresas do IBRX-100, a Companhia passou também a integrar essa carteira em 2021. Esse reconhecimento demonstra o comprometimento com a transparência das emissões do negócio e a transição para uma economia de baixo carbono.

A Companhia conta com o Programa de Ética Empresarial e Integridade, além da Política Anticorrupção, que orienta a conduta dos colaboradores nas interações com seus públicos de relacionamento.

⁴ ESG (Environmental, Social and Governance). Em português ASG (Ambiental, Social e Governança).

Sustentabilidade no Negócio

A proteção dos ecossistemas faz parte de nossas atividades, sendo contemplada desde a elaboração dos projetos. Estudamos e selecionamos os melhores traçados para as linhas de transmissão e modelos de subestações que minimizem os impactos. Buscamos garantir que as atividades de operação e manutenção realizadas também não causem impactos significativos à biodiversidade. Para minimizar esses efeitos e potencializar as respostas ambientais de nossas eventuais compensações, mantemos preservados maciços florestais com o intuito de maximizar o equilíbrio ecológico. Os detalhes das iniciativas de preservação e dos programas voluntários de conservação, como o Conexão Jaguar, podem ser consultados em nosso [Relatório de Sustentabilidade](#) de 2020, auditado por terceira parte independente e publicado no 1T21.

COVID-19

A ISA CTEEP presta um serviço essencial para a sociedade, e tem o compromisso e a responsabilidade de preservar a saúde e segurança de seus públicos de relacionamentos. As seguintes medidas de proteção e de monitoramento dos impactos causados pela pandemia têm sido mantidas, tais como:

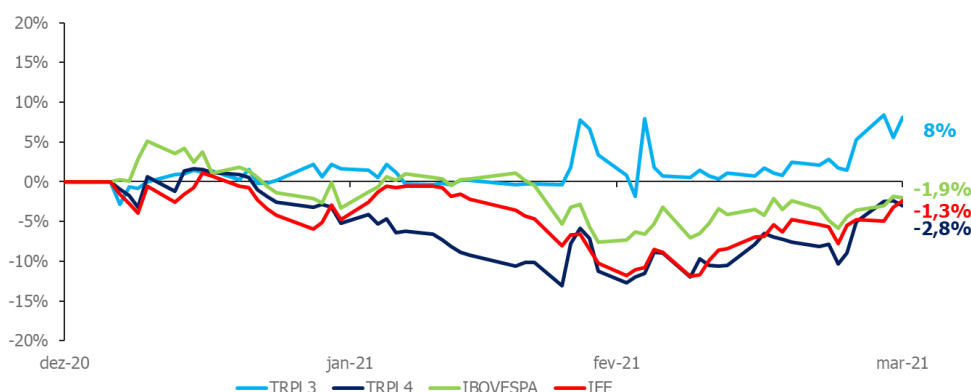
- Adoção do teletrabalho para 100% das equipes administrativas;
- Ativos em construção seguindo todos os protocolos de segurança recomendados;
- Acompanhamento periódico por meio de um comitê multidisciplinar, com a liderança da alta direção; e
- Monitoramento e promoção da saúde física e mental dos colaboradores, com a criação do canal de saúde (disponível 24 horas), e reforço de comunicações internas sobre a COVID-19.

MERCADO DE CAPITAIS

A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa, o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3, e o Índice Carbono Eficiente (ICO2), em que estão listadas as empresas que possuem maior transparência em relação ao reporte das emissões dos gases efeito estufa e de como estão se preparando para uma economia de baixo carbono. Adicionalmente, a Companhia participa do programa *de American Depositary Receipts* ("ADRs") – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o primeiro trimestre de 2021 cotadas a R\$ 30,11 e R\$ 25,33, respectivamente. O valor de mercado da Companhia, em 31 de março de 2021, era de R\$ 17,9 bilhões.

Desempenho TRPL3, TRPL4 vs. IBOV e IEE (base 100): 31/12/2020 a 31/03/2021



EVENTOS DO PERÍODO

Obtenção de Licença de Instalação do projeto Três Lagoas

Em 26 de janeiro de 2021, a Companhia informou que obteve, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais ("IBAMA"), a Licença de Instalação para o projeto Três Lagoas. Com a obtenção da LI, as obras já podem ser iniciadas. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Início da operação comercial da IE Aguapeí

Em 02 de fevereiro de 2021, a Companhia informou que energizou a subestação Alta Paulista (800 MVA de potência) e 105km de linhas de transmissão, que representam 59% da RAP da IE Aguapeí, com 6 meses de antecedência do prazo ANEEL. O investimento realizado na IE Aguapeí totalizou cerca de R\$ 360 milhões, redução de mais de 40% em relação ao capex ANEEL. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

10ª emissão de debêntures

Em 04 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 10ª emissão de debêntures simples da Companhia, em série única. A emissão de R\$ 672,5 milhões tem o vencimento em julho de 2044. O montante dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Emissão das Debêntures será utilizado para a recomposição de caixa da Companhia referentes a investimentos realizados em ativos da Companhia. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Aprovação de dividendos

Em 22 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 531,2 milhões correspondentes a R\$ 0,806156/ação. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

PBTE

Em 02 de março de 2021, a Companhia informou a conclusão da aquisição da PBTE. A linha da PBTE conecta 2 subestações da ISA CTEEP (Bandeirantes e Piratininga 2) e entrou em operação em abril de 2020. O preço de aquisição final foi de R\$ 1.571 milhões, considerando dívida líquida de R\$ 330 milhões na data-base 31 de dezembro de 2020. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

WACC

Em 16 de março de 2021, foi publicado o Despacho ANEEL 692/2021 com a Taxa Regulatória de Remuneração do Capital ("WACC") para o setor de transmissão de energia, que passou de 6,96% em 2020 para 6,76% em 2021. O novo WACC regulatório será utilizado nas Revisões Tarifárias que ocorrerão no período de mar/21 à fev/22 e nas autorizações definidas nesse mesmo período.

Obtenção de Licença de Instalação do projeto Biguaçu

Em 19 de março de 2021, a Companhia informou que obteve a Licença de Instalação para todas as linhas de transmissão do projeto Biguaçu. O investimento ANEEL é de R\$ 641 milhões e a Receita Anual Permitida ("RAP") é de R\$ 42 milhões no ciclo 2020-2021. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Aprovação de dividendos

Em 25 de março de 2021, na Assembleia Geral Ordinária foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 524,4 milhões correspondentes a R\$ 0,795967/ação. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Mudança de Auditor Externo Independente

Em 01 de abril de 2021, a Companhia informou, em atendimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 308, de 1999 ("ICVM 308"), a efetivação da contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Limited como auditora externa independente, em substituição à Ernst & Young Auditores Independentes S.S. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Início da Operação Comercial de Reforço da Subestação Taubaté

Em 05 de abril de 2021, a Companhia informou que iniciou a operação comercial do projeto de reforço realizado na subestação Taubaté. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

8ª (oitava) Emissão de Notas Promissórias Comerciais

Em 16 de abril de 2021, a Companhia informou que aprovou a realização da 8ª (oitava) emissão de notas promissórias comerciais. Serão emitidas 800 (oitocentas) Notas Comerciais, com valor nominal unitário de R\$ 1,5 bilhão na data de emissão, totalizando um montante de R\$ 1,2 bilhão sendo o prazo de vencimento das Notas Comerciais de 1.096 dias corridos contados da data de emissão das Notas Comerciais. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Reperfilamento do RBSE

Em 22 de abril de 2021, a Companhia divulgou que a ANEEL aplicou o reperfilamento do RBSE, na busca por alternativas para amortecer o aumento das tarifas de energia nos ciclos 2021/2022 e 2022/2023, minimizando os impactos para os consumidores. A Medida encerra a discussão regulatória de quase uma década sobre o pagamento do RBSE e, embora reflita o descasamento do fluxo financeiro estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.714/2020, preserva o valor econômico para ISA CTEEP, que seguirá atenta ao fiel cumprimento dos pagamentos determinados tendo em vista a relevância do tema para a sociedade e seus acionistas. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

PRÓXIMOS EVENTOS

Teleconferência 1T21

30.04.2021

10h00 (BRT) / 09h00 (EST)

Informações para Conexão:

Brasil: +55 11 4210-1803 / +55 11 3181-8565

Outros Países: +1 412 717-9627

Senha: ISACTEEP

Webcast: [clique aqui](#)

Todos dados para conexão estão disponíveis no site de Relações com Investidores: www.isactEEP.com.br/ri

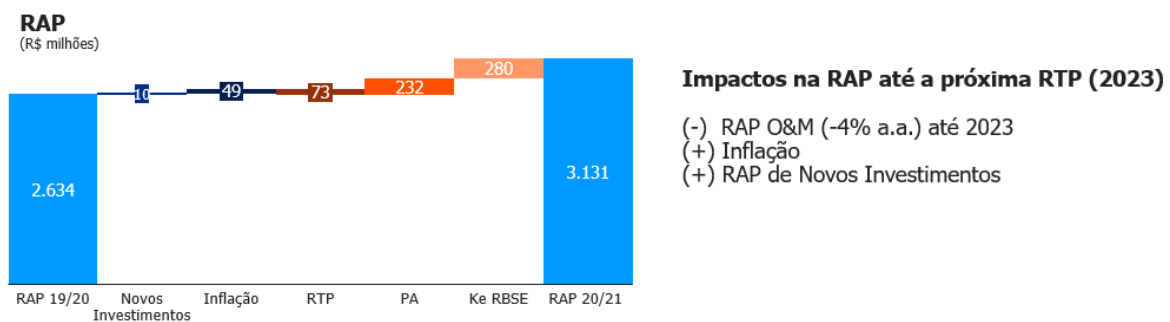
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Reajuste Anual da RAP

Em 15 de julho de 2020, foi publicada a Resolução Homologatória (REH) nº 2.725 estabelecendo as novas RAPs da ISA CTEEP e suas Subsidiárias pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o Ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 (ciclo 2020/2021).

De acordo com a REH nº 2.725, a RAP e os valores correspondentes à parcela de ajuste (PA) da **Controladora**, líquida de PIS e COFINS, passou a ser de R\$ 3.131 milhões no ciclo 2020/2021:

- correção monetária⁵ do ciclo 2019/2020 (IPCA), no total de R\$ 49 milhões, que inclui a correção de R\$ 29 milhões referente à parcela de recebimento da RBSE;
- entrada em operação de novos projetos de reforços durante o Ciclo 2019/2020, que adicionou R\$ 10 milhões à RAP;
- reintegração na RAP da parcela do “ke” do componente financeiro da RBSE, que estava suspensa por força de liminares;
- efeitos da revisão tarifária periódica, que incluiu a revisão da base de ativos, alteração do WACC regulatório e definição de novo patamar para os custos de O&M, que juntos totalizam um impacto negativo de R\$ 73 milhões;
- parcela de ajuste positiva de R\$ 232 milhões explicada pelo recebimento da primeira parcela (parcela 01 de 03) da PA (RTP e RBSE) referente ao ajuste retroativo 2017-2020, no montante de +R\$ 303 milhões, parcialmente compensada pela devolução de receita recebida antecipadamente de -R\$ 71 milhões.



A RAP das **Controladas** em operação (IEMG, Evrecy, IE Pinheiros, IE Serra do Japi, IENNE, IESUL e Itapura Bauru), líquida de PIS e COFINS, totalizou R\$ 237 milhões no ciclo 2020/2021. A variação apresentada é explicada pela:

- correção monetária do ciclo 2019/2020 no total de +R\$ 6 milhões;
- pelo resultado do recurso administrativo em face a REH 2556/19, referente à revisão tarifária das subsidiárias IE Pinheiros e IESUL, que apresentou um aumento RAP da ordem de +R\$ 2 milhões, em comparação com os resultados inicialmente apontados pela citada REH; parcialmente compensadas; e
- pela redução de 50% da RAP para o contrato 143/2001 da Serra do Japi, conforme contrato de concessão.

A RAP e os valores correspondentes à PA das **subsidiárias não consolidadas** (IE Madeira e IE Garanhuns), líquida de PIS e COFINS, passaram para R\$ 647 milhões no ciclo 2020/2021. Esse aumento é explicado basicamente pela correção

¹ O IPCA e IGPM acumulados para o período de junho de 2019 a maio de 2020 foram de 6,50% e 1,88%, respectivamente.

monetária do período e pelos efeitos positivos do resultado do recurso administrativo em face a REH 2556/19, referente à revisão tarifária da IE Madeira.

Abaixo demonstramos um quadro resumo com as novas RAPs para o ciclo 2020/2021. Os valores incluem encargos regulatórios, mas estão líquidos de PIS e COFINS.

CONTROLADORA											
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP		Inflação	Reforços Melhorias	Ke	RTP	RAP		
			Ciclo 19/20 REH 2.565						Ciclo 20/21 REH 2.725	PA	RAP Ciclo 20/21 ¹
ISA CTEEP			1.102		20	10	0	(76)	1.057	232	1.289
ISA CTEEP - RBSE	059/2001	IPCA	1.532		29	0	279	3	1.842		1.842
Total Controladora			2.634		49	10		(73)	2.899	232	3.131

SUBSIDIÁRIAS (100% ISA CTEEP)											
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP		Inflação	Reforços Melhorias	RTP ²	Redução 50% RAP ³	RAP		
			Ciclo 19/20 REH 2.565						Ciclo 20/21 REH 2.725	PA	RAP Ciclo 20/21 ¹
Subsidiárias (100%) em operação			529		11	1	2	(5)	538	3	541
IEMG	004/2007	IPCA	20		0	0	0	0	20	(0)	20
EVRECY ⁵	020/2008	IGP-M	13		1	0	0	0	13	(1)	13
	012/2008		11		0	0	0	0	11	0	12
	015/2008		37		1	1	1	0	39	1	39
IE PINHEIROS	018/2008	IPCA	6		0	0	(0)	0	6	(0)	6
	021/2011		6		0	0	0	0	6	(0)	6
	026/2009 ⁷	IPCA	43		1	0	0	0	43	(0)	43
IE JAPI	143/2001	IGP-M	17		1	0	0	(5)	13	(0)	13
IENNE	001/2008	IPCA	48		1	0	0	0	49	4	53
IE SUL	013/2008	IPCA	6		0	0	0	0	6	0	6
	016/2008		13		0	0	1	0	14	1	14
IE ITAPURA	042/2017	IPCA	12		0	0	0	0	12	(0)	12
IE ITAQUERÊ	027/2017	IPCA	51		1	0	0	0	52	0	52
IE TIBAGI ⁶	026/2017	IPCA	20		0	0	0	0	21	0	21
IE AGUAPEÍ	046/2017	IPCA	59		1	0	0	0	60	0	60
PBTE	012/2016	IPCA	169		3	0	0	0	172	0	172
Consolidado ISA CTEEP em operação			3.163		60	11	281	(78)	3.437	236	3.673

SUBSIDIÁRIAS (equivalência patrimonial)											
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP		Inflação	Reforços Melhorias	RTP ⁴	Outros	RAP		
			Ciclo 19/20 REH 2.565						Ciclo 20/21 REH 2.725	PA	RAP Ciclo 20/21 ¹
Subsidiárias (não consolidadas) em operação			624		12	0	13	0	649	(2)	647
IE MADEIRA (51% ISA CTEEP)	013/2009	IPCA	285		5	0	7	0	297	(1)	296
	015/2009		245		5	0	6	0	255	(0)	255
IE GARANHUNS (51% ISA CTEEP)	022/2011	IPCA	94		2	0	0	0	96	(1)	95
Participação ISA CTEEP			318		6	0	7	0	331	(1)	330
ISA CTEEP em operação			3.481		66	11	287	(78)	3.768	235	4.002

SUBSIDIÁRIAS EM CONSTRUÇÃO											
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP		Inflação	Reforços Melhorias	RTP	Outros	RAP		
			Ciclo 19/20 REH 2.565						Ciclo 20/21 REH 2.725	PA	RAP Ciclo 20/21 ¹
Subsidiárias (100%) em construção			104		2	0	0	0	181	(0)	181
IE ITAÚNAS	018/2017	IPCA	52		1	0	0	0	53	0	53
IE TIBAGI	006/2020	IPCA	0		0	0	0	0	5	0	5
IE ITAPURA	021/2018	IPCA	11		0	0	0	0	11	(0)	11
IE BIGUAÇU	012/2018	IPCA	40		1	0	0	0	41	0	41
EVRECY	001/2020	IPCA	0		0	0	0	0	38	0	38
IEMG	007/2020	IPCA	0		0	0	0	0	33	0	33
Subsidiárias (não consolidadas) em construção			492		9	0	0	0	501	0	501
IE PARAGUAÇU (50% ISA CTEEP)	003/2017	IPCA	118		2	0	0	0	121	0	121
IE AIMORÉS (50% ISA CTEEP)	004/2017	IPCA	79		1	0	0	0	81	0	81
IE IVAÍ (50% ISA CTEEP)	022/2017	IPCA	294		6	0	0	0	300	0	300
Participação ISA CTEEP			246		5	0	0	0	251	0	251
ISA CTEEP em construção			350		7	-	-	-	432	(0)	432
ISA CTEEP em operação e em construção			3.831		73	11	287	(78)	4.200	235	4.434

¹ RAP ciclo 2020/2021 com PA.

² Considera o resultado do recurso administrativo em face a REH 2556/19 e resultado da RTP de reforços e melhorias (REH 2702 e 2705/20). Os referidos recursos administrativos já foram julgados e serão aplicados a partir de julho de 2021.

³ Contrato 143 da Serra do Japi prevê redução de 50% da RAP a partir de Novembro de 2019. No ciclo 19/20, o impacto da redução foi parcial. O ciclo 20/21 é o primeiro com impacto integral.

⁴ Considera o resultado do recurso administrativo em face a REH 2556/19.

⁵ Inclui PIS / COFINS.

⁶ Valor da RAP da IE Tibagi não considera ajuste decorrente do aditivo contratual (-13,5%), aprovado pela Diretoria da ANEEL em 26/10/20

⁷ No dia 18 de dezembro de 2020 foi publicada a REH 2826/20, concluindo a Consulta Pública nº 027/20, que tratou da RTP do contrato 026/2009 da IE Serra do Japi. Entretanto, o resultado positivo da RTP da ordem de 2,86%, somente será aplicado a partir de Jul/21, com efeitos retroativos a Jul/20. Em 23 de dezembro de 2020, foi apresentado Recurso Administrativo junto à ANEEL referente aos laudos de avaliação dos ativos da BRR para o contrato

026/2009 da IE Serra do Japi, visto que o Regulador utilizou uma das versões anteriores do laudo de avaliação na RTP e não considerou a versão final protocolada em 5 de junho de 2020. A REH 2840, publicada em 30/03/2021, homologou o resultado da análise do Recurso Administrativo e fixou o reposicionamento tarifário positivo em 2,71%, a ser aplicado a partir de julho/21, com efeitos retroativos.

Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a medida, as concessões vencidas ou a vencer nos 60 meses subsequentes à publicação da MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação pelo prazo de até 30 anos.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), publicou a Portaria Interministerial nº 580, em que foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000, ou seja, da Rede Básica de Novas Instalações ("RBNI"). O montante definido para a ISA CTEEP foi de R\$ 2,9 bilhões. Na mesma data, o MME divulgou a Portaria Interministerial nº 579 que definiu o valor da RAP da ISA CTEEP em R\$ 515,6 milhões, a partir de 01 de janeiro de 2013, que representou redução de aproximadamente 75% da RAP.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 591 autorizando o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes anteriormente a 31 de maio de 2000, ou seja, da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE").

Em dezembro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a definição da antecipação do vencimento da concessão do Contrato 059/2001, conforme proposto na MP 579. Foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do RBNI e da RBSE.

Os valores referentes aos ativos do RBNI, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015. Para os ativos relativos ao RBSE foi requerido laudo de avaliação independente avaliando os investimentos a Valor Novo de Reposição ("VNR") ajustado pela depreciação até 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2015 foi homologado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 4.036, o valor dos ativos da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 3,9 bilhões.

Em abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela ANEEL, relativos às instalações da RBSE, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de 8 anos.

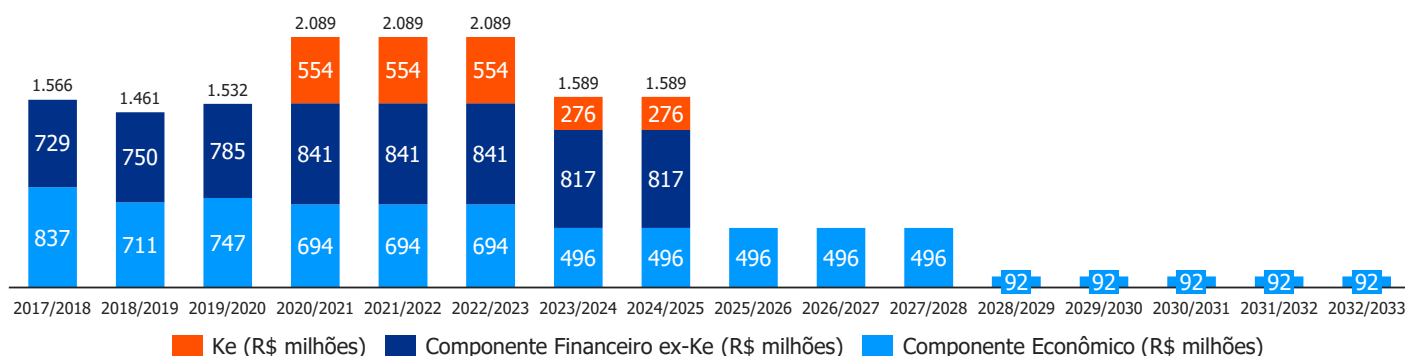
O Despacho ANEEL nº 1.484/17, de maio de 2017, redefiniu o valor total da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 4,1 bilhões. O impacto inicial dos valores da RBSE foi o reconhecimento contábil em IFRS em setembro de 2016, conforme condições estabelecidas na Portaria nº 120 do MME, e no resultado regulatório os impactos podem ser percebidos a partir do início do recebimento, em julho de 2017. Entretanto, o pagamento do componente financeiro Ke foi suspenso em 2017 em função de liminares obtidas por alguns consumidores na justiça.

A partir de novembro/19 o judiciário passou a julgar improcedente alguns processos, que motivaram a suspensão do Ke na remuneração do componente financeiro. A ANEEL incluiu assim a remuneração do componente financeiro pelo "Ke" na RAP no ciclo 2020-2021, desconsiderando os efeitos financeiros do atraso no pagamento, sendo atualizado somente pelo IPCA.

Em 22 de abril de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.851/21, a ANEEL definiu o resultado do recurso administrativo interposto pela ISA CTEEP, reconhecendo o direito das transmissoras a remuneração da parcela suspensa por liminar e reperfilando os pagamentos do componente financeiro a partir do ciclo 2021-2022. No novo fluxo foi estabelecido uma redução da curva de pagamento do componente financeiro para os ciclos 2021/2022 e 2022/2023. Nos ciclos subsequentes, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornam aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

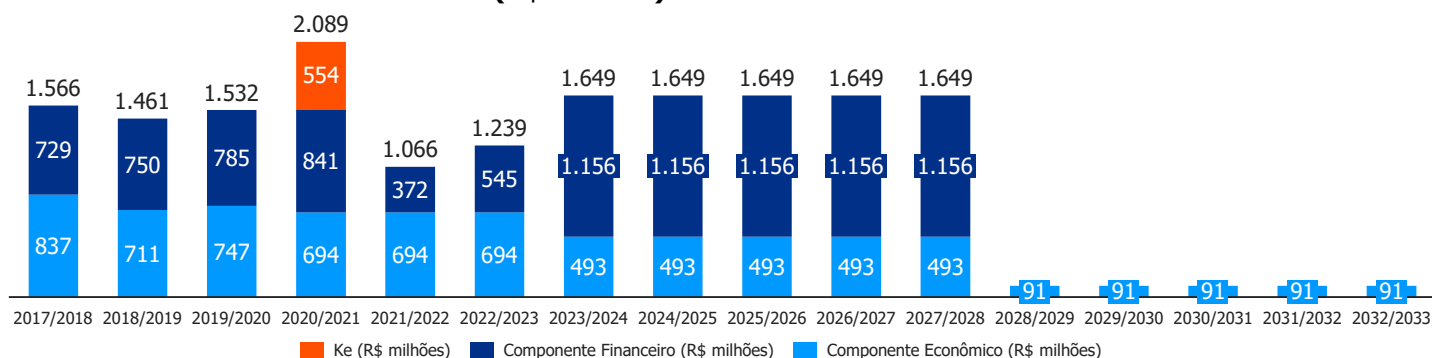
O reperfilamento ocorreu em função da crise econômica ocasionada pela COVID-19, na qual a ANEEL procurou por alternativas para amortecer o aumento das tarifas de energia nos ciclos 2021/2022 e 2022/2023. A definição apresentada pela ANEEL contribuirá com a modicidade tarifária, minimizando os impactos para os consumidores que estão sendo diretamente afetados pela pandemia. Vale destacar que, apesar do descasamento do fluxo financeiro estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.714/2020, a decisão da Diretoria Colegiada da ANEEL preserva o valor econômico para ISA CTEEP, uma vez que as premissas a serem válidas a partir do ciclo 2021/2022 foram: (i) a conclusão do pagamento do componente financeiro do RBSE até o ciclo 2027/2028; (ii) a redução da amortização da dívida com o componente financeiro do RBSE sem efeito no aumento do saldo a pagar; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018.

Antigo Fluxo de Recebimento da RBSE (R\$ milhões)



Nota: Valores do gráfico representam montantes definidos para os ciclos 2017/2018 (REH ANEEL nº 2.258), 2018/2019 (REH ANEEL nº 2.408), 2019/2020 (REH ANEEL nº 2.565) e 2020/2021 (REH ANEEL nº 2.725). Premissas para ciclo futuro conforme REN ANEEL nº 762/2017 e com base nas planilhas publicadas no encerramento da CP nº 22/2020. Valores nominais - data base: Junho de 2020

Novo Fluxo de Recebimento da RBSE (R\$ milhões)



Nota: Valores do gráfico representam montantes definidos para os ciclos 2017/2018 (REH ANEEL nº 2.258), 2018/2019 (REH ANEEL nº 2.408), 2019/2020 (REH ANEEL nº 2.565) e 2020/2021 (REH ANEEL nº 2.725). Premissas para ciclo futuro conforme REN ANEEL nº 762/2017 e com base nas planilhas publicadas no encerramento da CP nº 22/2020. Valores nominais - data base: Junho de 2020

Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58 aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ("SEFAZ") e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser

paga para a ISA CTEEP e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, foram verificadas glosas que deveriam ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

Ação Civil Pública e Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp ("AAFC") obteve liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA CTEEP faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Ação de Cobrança

Desde 2005 a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA CTEEP tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela ISA CTEEP está sendo cobrada, através de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ que aguarda análise de admissibilidade. Em 31 de março de 2021, o valor registrado no balanço da Companhia é de cerca de R\$ 2,3 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos realizada em 2013.

Em agosto de 2018, a ISA CTEEP obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março, o STJ, em decisão liminar e monocrática do Ministro Francisco Falcão, suspendeu os efeitos da decisão que proibia a Fazenda Paulista de efetuar descontos no repasse à ISA CTEEP. A Companhia voltou a receber o repasse com as glosas, obrigando assim a Companhia a complementar o valor do pagamento em abril de 2019.

A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.

GLOSSÁRIO

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria. A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de transmissão e estabelece as tarifas referentes a tais sistemas, sendo a TUST a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão – DIT

CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) - Receita pelos investimentos em ativos. É composto pela remuneração do capital e pela quota de reintegração dos regulatória (QRR).

CAOM (Custos de Administração, Operação e Manutenção) - Parcela da receita que pode ser dividida em (i) receita de O&M, que tem como finalidade cobrir os custos e despesas (exemplo: gastos com salários, despesas de manutenção e outros); e (ii) receita para cobrir os custos das instalações móveis e imóveis (CAIMI).

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE.



CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) - encargo regulatório para promover a universalização do serviço de energia e subsidiar os consumidores baixa renda.

Crescimento orgânico - crescimento por meio de investimentos em reforços e melhorias.

DIT (Demais Instalações de Transmissão) - Instalações com tensão inferior a 230 kV.

Ebitda (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization) – Lucro antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e amortização.

Encargos regulatórios - são arrecadados pelas Transmissoras e repassados à CCEE, à ANEEL, ao MME e investidos em projetos de P&D. Tem efeito neutro na Transmissora.

Energização - início de operação de um empreendimento (reforço, melhoria ou *greenfield*).

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

Greenfield - projetos de crescimento por meio de leilões.

IEE (Índice de Energia Elétrica) – Índice setorial da Bolsa (B3), que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

Leilões de Transmissão de Energia – Processos licitatórios estabelecidos pelo MME e ANEEL a fim de outorgar concessões para linhas de transmissão e subestações no Brasil.

Melhoria - compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando manter a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica.

MME – Ministério de Minas e Energia.

O&M - Operação e Manutenção.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Órgão responsável por executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica do SIN.

Outras receitas - Receitas auferidas com atividades extra concessão, sendo parcialmente destinadas a contribuir com a modicidade tarifária.

PA (Parcela de Ajuste) - Compensa excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica encargo regulatório para subsídios às fontes alternativas de energia).

PV (Parcela Variável) - Penaliza a receita do ativo em função da indisponibilidade.

RAP (Receita Anual Permitida) - Remuneração que as transmissoras recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Para as transmissoras que foram licitadas, a RAP é obtida como resultado do próprio leilão de transmissão e é paga às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, com revisão a cada quatro ou cinco anos, nos termos dos contratos de concessão. Para as transmissoras que tiveram o seu contrato de concessão renovado, a RAP foi calculada com base nos custos de Operação e Manutenção, conforme estabelece a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Em casos onde os estudos indicam a necessidade de reforços na concessão de transmissão, a ANEEL calcula um valor adicional a RAP com o intuito de remunerar as novas instalações, sempre por meio de uma Resolução Autorizativa.



RB (Rede Básica) - Instalações de transmissão do SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, definida segundo critérios estabelecidos na regulamentação da ANEEL.

RBNI (Rede Básica Novos Investimentos) - Parcela da receita (RAP) correspondente às novas instalações componentes da Rede Básica autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica.

RBSE (Rede Básica do Sistema Existente) - Parcela da RAP correspondente às instalações componentes da Rede Básica, definidas no Anexo da Resolução nº 166, de 31 de maio de 2000.

Reforço - é a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando o aumento de capacidade de transmissão, o aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional, de vida útil ou a conexão de usuários, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão.

SIN (Sistema Interligado Nacional) – Conjunto de instalações e de equipamentos que possibilitam o suprimento de energia elétrica nas regiões do país interligadas eletricamente, conforme regulamentação aplicável.

TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) – Tarifa paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres e especiais pela utilização da Rede Básica e das DIT, e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) novas receitas, correspondentes aos empreendimentos energizados.

ANEXOS

Anexo I – Projetos Greenfield

Leilões	Subsidiárias	% ISA CTEEP	Localidade	Investimento ANEEL Participação ISA CTEEP (R\$ MM)	Deságio	RAP ISA CTEEP Ciclo 2020/2021 (R\$ MM)	Assinatura do Contrato	Prazo de Implementação ANEEL	Data de Necessidade ¹	Licenciamento Ambiental (LI)	Início da Construção	Avanço Fundiário ²	Avanço Físico ³	Entrada em Operação Comercial
Leilão 013/2015 28/10/2016	IE Paraguaçu (Lote 3)	50%	Bahia Minas Gerais	255	0,0%	61	fev-17	fev-22	jan-19	✓	2T19	100%	87%	-
	IE Aimorés (Lote 4)	50%	Minas Gerais	171	0,0%	41	fev-17	fev-22	jan-19	✓	2T19	99%	90%	-
	IE Itaúnas (Lote 21)	100%	Espírito Santo	298	25,1%	53	fev-17	fev-22	jul-18	✓	3T18	100%	68%	-
Leilão 05/2016 24/04/2017	IE Ivaí ⁴ (Lote 1)	50%	Paraná	968	33,2%	150	ago-17	ago-22	fev-21	✓	4T19	91%	72%	-
	IE Tibagi (Lote 5)	100%	São Paulo ⁵ Paraná	135	32,2%	21	ago-17	ago-21	jan-17	✓	3T18	100%	100%	4T20
	IE Itaquereê (Lote 6)	100%	São Paulo	398	44,5%	52	ago-17	ago-21	jun-18	✓	3T18	100%	100%	3T20
	IE Aguapeí (Lote 29)	100%	São Paulo	602	52,7%	60	ago-17	ago-21	dez-18	✓	3T19	100%	100%	1T21
	IE Itapura (Lote 25)	100%	São Paulo (Baurão)	126	57,6%	12	ago-17	fev-21	ago-19	✓	2T18	100%	100%	3T19
	IE Itapura (Lote 10)	100%	São Paulo (Lorena)	238	73,9%	11	set-18	set-22	jan-20	✓	3T19	100%	90%	-
Leilão 02/2018 29/06/2018	IE Biguaçu ⁶ (Lote 1)	100%	Santa Catarina	641	66,7%	41	set-18	set-23	set-21	✓	1T21	64%	57%	-
	IE Minuano ⁷ (Lote 1)	100%	Rio Grande do Sul	682	66,9%	38	mar-20	dez-24	jan-20	3T21	-	28%	28%	-
Leilão 02/2019 19/12/2019	Três Lagoas (Lote 6)	100%	Mato Grosso do Sul	99	68,1%	5	mar-20	jun-23	jan-20	✓	1T21	72%	36%	-
	Triângulo Mineiro (Lote 7)	100%	Minas Gerais	554	65,4%	33	mar-20	dez-24	jan-20	3T21	-	60%	24%	-
Leilão 01/2020 17/12/2020	Riacho Grande (Lote 7)	100%	São Paulo	1.141	57,9%	68	mar-21	dez-25	jan-26	3T23	-	-	4,1%	-
Total				6.306		645								

¹Conforme contrato de concessão | ²Para recebimento da totalidade da RAP | ³Avanço Fundiário: evolução das propriedades liberadas | ⁴Avanço do Projeto: evolução de todas as atividades relativas ao empreendimento até sua energização | ⁵Valor da RAP da IE Tibagi não considera ajuste decorrente do aditivo contratual (-13,5%), aprovado pela Diretoria da ANEEL em 26/10/20 | ⁶Obtenção de LI parcial

Investimentos			
(R\$ milhões)	1T21	1T20	Var (%)
Reforços/Melhorias	58,8	7,1	727,7%
Projetos Greenfield	232,1	270,4	-14,2%
Aguapeí	35,8	87,2	-58,9%
Aimorés	1,9	40,1	-95,2%
Biguaçu	45,5	1,9	2333,0%
Itapura	12,3	22,1	-44,5%
Itaquereê	0,2	1,0	-75,9%
Itaúnas	11,6	17,1	-32,5%
Ivaí	102,3	34,4	197,8%
Minuano	8,8	0,0	N.A.
Paraguaçu	2,1	62,0	-96,7%
Tibagi	2,3	4,6	-50,6%
Três lagoas	1,3	0,0	N.A.
Triângulo Mineiro	7,9	0,0	N.A.
Total	290,9	277,5	4,8%

Nota: Considera a participação proporcional de 50% da ISA CTEEP nas subsidiárias não consolidadas



Anexo II - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	853.688	2.067.337
Aplicações financeiras	469.733	453.557
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	692.135	658.932
Estoques	20.707	22.652
Serviços em Curso	19.330	22.259
Tributos e contribuições a compensar	72.195	28.807
Instrumentos financeiros derivativos	7.507	12.368
Créditos com partes relacionadas	14.771	5.649
Despesas pagas antecipadamente	36.595	6.400
Caixa restrito	3.873	1.808
Outros	56.067	69.415
	2.246.601	3.349.184
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	40.249	46.903
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	417.349	498.309
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.821.503	1.778.999
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.074	0
Cauções e Depósitos Vinculados	47.184	44.119
Instrumentos financeiros derivativos	18.417	226
Serviços em Curso	11.984	7.538
Outros	102.146	102.772
	2.499.906	2.478.866
Investimentos	1.537.544	1.517.335
Imobilizado	8.330.318	7.912.308
Intangível	1.918.001	359.753
	11.785.863	9.789.396
	14.285.769	12.268.262
Total do Ativo	16.532.370	15.617.446

Passivo e Patrimônio Líquido

(R\$ mil)

CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos	461.788	94.628
Debêntures	245.489	217.948
Arrendamento	81	81
Instrumentos financeiros derivativos	0	2.578
Fornecedores	100.371	153.346
Tributos e Encargos sociais a recolher	268.737	255.614
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	67.260	0
Encargos Regulatórios a recolher	44.836	49.457
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	1.068.548	500.513
Obrigações trabalhistas	36.212	45.094
Valores a Pagar - Funcesp	855	871
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Parcela de Ajuste	3.947	
Outros	56.916	43.743
	2.357.520	1.366.353

NÃO CIRCULANTE

Exigível a longo prazo

Empréstimos e Financiamentos	1.182.886	1.208.301
Debêntures	3.664.357	2.961.318
Arrendamento	0	18
Benefício a Empregados - Déficit Atuarial	394.078	381.978
PIS e COFINS diferidos	65.790	71.465
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	868.910	913.557
Encargos Regulatórios a recolher	50.331	48.065
Provisões	126.098	85.736
Reserva Global de Reversão - RGR	13.512	14.132
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	397.485	380.135
Outros	11.973	54.032
	6.775.420	6.118.737

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	-18.380	-18.380
Reservas de Lucros	5.137.515	1.192.077
Reserva de Reavaliação	2.083.781	2.136.052
Superávit atuarial	-364.659	-364.659
Outros Resultados Abrangentes	166.602	140.114
Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.551.375	1.085.973
	7.043.504	7.761.197
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	355.926	371.159

	7.399.430	8.132.356
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	16.532.370	15.617.446

Anexo III - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado		
	1T21	1T20	Var (%)
Receita Operacional Bruta	1.000.176	851.478	17,5%
Receita de Uso da Rede Elétrica	991.025	843.755	17,5%
Outras	9.151	7.700	18,8%
Deduções à Receita Operacional	- 147.343	- 117.137	25,8%
Receita Operacional Líquida	852.857	734.341	16,1%
Custos e Despesas Operacionais	- 279.729	- 270.109	3,6%
Pessoal	- 91.145	- 74.866	21,7%
Material	- 3.689	- 3.005	22,8%
Serviços	- 30.613	- 30.082	1,8%
Depreciação	- 136.891	- 140.551	-2,6%
Outros	- 17.391	- 21.605	-10,4%
Resultado do Serviço	573.105	466.129	22,9%
Resultado Financeiro	- 116.197	- 48.618	139,0%
Rendimento de Aplicações Financeiras	9.761	21.983	-55,6%
Resultado da Variação Monetária Líquida	- 68.620	- 26.159	162,3%
Juros Ativo/Passivos	908	418	-317,2%
Juros/Encargos sobre empréstimos	- 62.773	- 36.389	72,5%
Outras	4.527	7.635	-159,3%
Resultado Operacional	456.908	417.511	9,4%
Equivalência Patrimonial	1.214	20.314	-94,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	- 13.717	- 10.187	34,7%
Resultado Anterior aos Tributos	444.401	427.638	3,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	- 134.410	- 103.852	29,4%
Corrente	- 210.719	- 77.594	171,6%
Diferido	76.309	26.258	-390,6%
Lucro/Prejuízo Consolidado	309.991	323.786	-4,3%
Participação do Acionista não Controlador	- 1.855	- 15.497	-88,0%
Lucro/Prejuízo	308.136	308.289	-0,05%

Anexo IV – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	486.103	3.133.131
Lucro Líquido do exercício	309.991	2.023.537
Benefício a empregados – déficit atuarial	12.100	15.368
PIS e COFINS diferidos	-5.798	71.465
Depreciação e amortização	136.891	573.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-76.309	153.387
Demandas judiciais	-1.533	8.085
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	3.059	40.234
Benefício fiscal – ágio incorporado	9	37
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	598	(6.531)
Realização da perda em controlada em conjunto	-1.187	(1.812)
Resultado de aquisição de controle	0	0
Resultado de equivalência patrimonial	-1.209	60.434
Receita sobre aplicações financeiras	-655	(4.437)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	96.539	0
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	13.607	200.316
(Aumento) diminuição de ativos	(22.486)	(1.210.110)
Caixa restrito	4.589	(156)
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	65.040	(889.884)
Estoques	1.945	(7.710)
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-42.504	(202.667)
Tributos e contribuições a compensar	-31.187	3.528
Despesas pagas antecipadamente	-30.195	(1.723)
Cauções e depósitos vinculados	-2.861	9.856
Serviços em curso	0	(3.890)
Crédito com controladas	-9.122	9.387
Outros	21.809	(126.851)
Aumento (diminuição) de passivos	(42.020)	185.567
Fornecedores	-55.505	(14.428)
Tributos e encargos sociais a recolher	8.272	163.522
Obrigações trabalhistas	-8.882	11.753
Impostos parcelados	-	0
Encargos regulatórios a recolher	-2.583	6.665
Provisões	-4.742	11.778
Valores a pagar Funcesp	-16	(1.302)
Reserva Global de Reversão	-620	(2.480)
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	17.350	28.091
Outros	4.706	(18.032)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	421.597	2.108.588



Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(1.798.477)	(936.760)
Aplicações financeiras	-265.886	(1.744.485)
Resgates de Aplicações financeiras	235.132	1.767.685
Imobilizado	-177.658	(758.153)
Intangível	-30.479	(758.153)
Investimentos	-1.590.065	(221.501)
Caixa adquirido em combinação de negócios	67.555	0
Dividendos recebidos	0	19.694
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	126.155	299.538
Adições de empréstimos	672.500	2.255.516
Pagamentos de empréstimos (principal)	-31.807	(1.263.352)
Pagamentos de empréstimos (juros)	-35.977	(167.144)
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-195	(308)
Pagamentos Arrendamento Mercantil (juros)	0	0
Transações com acionistas não controladores	-1.855	(21.147)
Instrumentos financeiros derivativos	11.067	243.342
Integralização de capital	0	0
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-487.578	(747.369)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	-1.250.725	1.471.366
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.067.337	595.971
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	853.688	2.067.337
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(1.213.649)	1.471.366

Anexo V – Resultado Regulatório Subsidiárias não consolidadas (IE Madeira e IE Garanhuns)

IE MADEIRA			
Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	1T21	1T20	Var (%)
Receita Operacional Bruta	152.703	144.812	5,4%
Deduções à receita operacional	-20.572	-18.431	11,6%
Receita operacional líquida	132.131	126.381	4,5%
Custos e Despesas	-9.775	867	-1227,5%
Depreciação e Amortização	-36.790	-33.859	8,7%
EBITDA	115.079	127.488	-9,7%
Resultado do Serviço	85.566	93.389	-8,4%
Resultado Financeiro	-43.687	-35.418	23,3%
Outras Receitas e Despesas	-7277	241	-3119,5%
Lucro antes do IR & CSLL	34.602	58.212	-40,6%
IR & CSLL*	-1.616	-290	457,2%
Lucro líquido	32.986	57.922	-43,1%
Participação ISA CTEEP (51%) no EBITDA	58.690	65.019	-9,7%
Participação ISA CTEEP (51%) no Lucro líquido	16.823	29.540	-43,1%

IE GARANHUNS			
Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	1T21	1T20	Var (%)
Receita Operacional Bruta	27.548	26.233	5,0%
Deduções à receita operacional	-3.610	-3.412	5,8%
Receita operacional líquida	23.938	22.821	4,9%
Custos e Despesas	-3.655	-3.537	3,3%
Depreciação e Amortização	-6.244	-6.253	-0,1%
EBITDA	20.280	19.443	4,3%
Resultado do Serviço	14.039	13.031	7,7%
Resultado Financeiro	-2.597	-3.047	-14,8%
Outras Receitas e Despesas	-3	159	-101,9%
Lucro antes do IR & CSLL	11.439	10.143	12,8%
IR & CSLL*	-444	-655	-32,2%
Lucro líquido	10.995	9.488	15,9%
Participação ISA CTEEP (51%) no EBITDA	10.343	9.916	4,3%
Participação ISA CTEEP (51%) no Lucro Líquido	5.607	4.839	15,9%

(*) Possui empreendimento relativos à infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016, O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais,

Anexo VI - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	31/03/2021	31/12/2020
BNDES	TJLP + 1,80% a,a,	15/03/29	154,2	159,1
	3,50% a,a,	15/01/24	28,9	31,5
	TJLP + 2,62% a,a,	15/03/32	214,0	218,9
Debêntures - CTEEP				
4ª Emissão	IPCA + 6,04%	15/07/21	183,6	176,5
5ª Emissão	IPCA + 5,04%	15/02/24	348,4	352,5
7ª Emissão	IPCA + 4,70%	15/04/25	707,6	682,0
8ª Emissão	IPCA + 3,50%	15/12/29	421,7	407,0
9ª Emissão	CDI + 2,83%	15/11/28	805,4	795,7
9ª Emissão	IPCA + 5,3000%aa	15/05/44	796,0	765,5
10ª Emissão	IPCA + 5,0700%	17/07/2025	647,3	-
Outros - CTEEP				
Lei 4,131 - MUFG	VC + 3,34% a,a, + IR	20/07/20	-	-
Lei 4,131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,47% a,a, + IR	24/08/20	-	-
Lei 4,131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,25% a,a, + IR	08/11/2019	-	-
CCB	CDI + 2,45% a,a,	20/04/22	652,9	653,3
Total Dívida Bruta CTEEP			4.959,9	4.242,0
Fontes	Encargos	Vencimentos	31/03/2021	31/12/2020
PINHEIROS	TJLP + 2,06% a,a,	15/02/28	3,8	3,9
	3,5% a,a,	15/04/23	3,8	4,2
	TJLP + 2,62% a,a,	15/05/26	18,6	19,5
	5,5% a,a,	15/01/21	0,0	0,8
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,95% a,a,	15/05/26	19,9	20,9
	TJLP + 1,55% a,a,	15/05/26	17,2	18,0
IEMG	TJLP + 2,39% a,a,	15/04/23	(0,0)	12,3
IE SUL	5,5% a,a,	15/01/21	(0,0)	0,1
	TJLP + 2,58% a,a,	15/05/25	3,2	3,4
	3,0% a,a	15/04/23	2,5	2,8
	TJLP + 2,58% a,a,	15/02/28	5,9	5,9
IENNE	8,5% a,a,	19/05/30	145,1	148,2
PBTE	CDI + 1,60%	20/07/21	374,8	-
Total Dívida Bruta Subsidiária			594,8	240,2
Total Dívida Bruta Consolidado			5.554,5	4.482,1

BNDES (apuração anual)		Debêntures de Infraestrutura (4ª e 5ª emissões) (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 31/03/2021	5.719	Dívida Líquida 31/03/2021	4.282
EBITDA últimos 12 meses	2.792	EBITDA últimos 12 meses	2.696
Dívida Líquida/EBITDA 31/03/2021	2,05	Dívida Líquida/EBITDA 31/03/2021	1,59
Patrimônio Líquido 31/03/2021	13.664	Resultado Financeiro 31/03/2021	276
Divida Liquida/Divida Liquida + PL 31/03/2021	0,30	EBITDA /Resultado Financeiro 31/03/2021	9,78

Os principais indicadores financeiros (**covenants**) que a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2029) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social, Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%,

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir com periodicidade de apuração trimestral, os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA $< 3,5$ e EBITDA /Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, passa a ser esse o indicador $> 2,0$, O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato,

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral, que são Dívida Líquida/EBITDA $< 3,5$ e EBITDA /Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, o indicador passa a ser $> 2,0$, O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato,

Anexo VII - Composição do Endividamento das Subsidiárias não consolidadas – IE Madeira, IE Garanhuns e IE Ivaí (R\$ mil)

Empresa	Fontes	Encargos	Término da Garantia	Saldo garantido pela ISA CTEEP	Saldo total devedor 31/03/2021	
IE MADEIRA 51% ISA CTEEP	ITAÚ	IPCA + 5,5% a,a,	18/03/2025	190,8	374,0	
	BNDES	TJLP + 2,42% a,a,	15/02/2030	495,3	971,2	
	BNDES	TJLP	15/02/2030	3,4	6,7	
	BNDES	2,5% a,a,	15/10/2022	33,6	65,9	
	BASA	8,5% a,a,	10/01/2033	149,4	292,8	
Dívida Bruta				872,5	1,710,7	
Disponibilidades				192,6	377,6	
Dívida Líquida				494,8	1,518,1	
IE GARANHUNS 51% ISA CTEEP	BNDES	TJLP + 2,05% a,a,	15/12/2028	65,5	128,3	
	BNDES	3,50% a,a,	15/08/2023	25,1	49,2	
	BNDES	TJLP	15/12/2028	0,5	0,9	
Dívida Bruta				91,0	178,5	
Disponibilidades				11,6	22,7	
Dívida Líquida				68,4	166,9	
IE IVAÍ 50% ISA CTEEP	ITAÚ BBA	IPCA + 5,0% a,a,	15/12/2043	897,4	1,759,6	
	Dívida Bruta				897,4	1,759,6
	Disponibilidades				411,7	807,3
Dívida Líquida				90,1	1,347,9	
TOTAL Dívida Bruta				1,860,9	3,648,8	
TOTAL Dívida Líquida				1,245,0	2,441,2	

Anexo VIII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	853.688	2.067.337
Aplicações Financeiras	469.733	453.557
Ativo de concessão	3.057.083	2.804.373
Estoques	49.717	45.297
Tributos e contribuições a compensar	72.195	28.807
Instrumentos financeiros derivativos	7.507	9.790
Créditos com partes relacionadas	14.771	14.994
Despesas pagas antecipadamente	36.595	6.400
Caixa restrito	3.873	1.808
Outros	66.824	75.495
	4.631.986	5.507.858
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	40.249	46.903
Ativo de concessão	16.221.607	14.167.152
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	1.821.503	1.778.999
Cauções e depósitos vinculados	47.184	44.119
Estoques	12.634	9.997
Instrumentos financeiros derivativos	18.417	226
Outros	114.129	110.310
	18.275.723	16.157.706
Investimentos	3.001.178	2.928.478
Imobilizado	90.195	92.991
Intangível	506.317	24.499
	3.597.690	3.045.968
	21.873.413	19.203.674
Total do Ativo	26.505.399	24.711.532

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	461.788	94.628
Debêntures	245.489	217.948
Arrendamento	7.816	8.795
Fornecedores	100.371	153.346
Tributos e encargos sociais a recolher	268.737	255.614
Encargos Regulatórios a recolher	44.836	49.457
Imposto de renda e contribuição social diferidos	67.260	0
JCP e dividendos a pagar	1.068.548	500.513
Obrigações trabalhistas	36.212	45.094
Valores a Pagar - Vivest	855	871
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	56.930	43.751
	2.361.322	1.372.497
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.182.886	1.208.301
Debêntures	3.664.357	2.961.318
Arrendamento	42.856	44.742
Benefício a empregados – déficit atuarial	394.078	381.978
PIS e COFINS Diferidos	1.527.911	1.318.796
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.439.088	2.955.826
Encargos Regulatórios a recolher	50.331	48.065
Provisões	128.730	88.682
Reserva Global de Reversão - RGR	13.512	14.132
Outros	36.621	77.624
	10.480.370	9.099.464
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	9.332.529	9.863.692
Superávit atuarial	-364.659	-364.659
Outros Resultados Abrangentes	166.601	140.114
Lucros/Prejuízos Acumulados	582.624	114.129
Dividendos adicionais propostos	0	524.450
	13.307.781	13.868.412
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	355.926	371.159
	13.663.707	14.125.442
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	26.505.399	24.592.358

Anexo IX – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado		
	1T21	1T20	Var (%)
Receita Operacional Bruta	1.281.313	979.128	30,9%
Receita de Infraestrutura	256.567	193.571	32,5%
Receita bruta de Operação e Manutenção	318.120	297.169	7,1%
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	20.922	0	N,A,
Remuneração dos ativos de concessão	679.010	480.688	41,3%
Outras Receitas	6.694	7.700	-13,1%
Deduções à Receita Operacional	-172.373	-127.001	35,7%
Receita Operacional Líquida	1.108.940	852.127	30,1%
Custos e Despesas Operacionais	-325.176	-268.335	21,2%
Pessoal	-95.897	-77.351	24,0%
Material	-71.440	-103.860	-31,2%
Serviços	-127.786	-63.413	101,5%
Depreciação	-5.119	-4.468	14,6%
Outros	-24.934	-19.243	29,6%
Resultado do Serviço	783.764	583.792	34,3%
Resultado Financeiro	-115.769	-49.311	134,8%
Rendimento de Aplicações Financeiras	9.761	21.983	-55,6%
Resultado da Variação Monetária Líquida	-68.131	-26.159	160,4%
Juros Ativo/Passivos	908	-418	-317,2%
Juros/Encargos sobre empréstimos	-63.097	-37.261	69,3%
Outras	4.790	-7.456	-164,2%
Resultado Operacional	667.995	534.481	25,0%
Equivalência Patrimonial	124.176	132.992	-6,6%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-10686	4662	-329,2%
Resultado Anterior aos Tributos	760.563	672.135	13,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-176.084	-150.055	17,3%
Corrente	-210.719	-77.594	171,6%
Diferido	34.635	-72.461	-147,8%
Lucro/Prejuízo Consolidado	584.479	522.080	12,0%
Participação do Acionista não Controlador	-1.855	-15.497	-88,0%
Lucro/Prejuízo	582.624	506.583	15,0%

Anexo X – Fluxo de Caixa - IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1,346,089	3,725,053
Lucro Líquido do período	584.479	3.382.650
Benefício a empregados – déficit atuarial	12.100	15.368
PIS e COFINS diferidos	211.189	131.399
Depreciação e amortização	5.119	19.791
Imposto de renda e contribuição social diferidos	553.005	419.462
Demandas judiciais	-1.847	34.793
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	3	659
Benefício fiscal – ágio incorporado	9	37
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	623	2.491
Realização da perda em controlada em conjunto	-1.187	-7.900
Resultado de equivalência patrimonial	-124.176	-472.525
Receita sobre aplicações financeiras	-655	-4.437
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	94.249	
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	13.178	203.265
(Aumento) diminuição de ativos	-2.392.804	-2.515.276
Caixa restrito	4.589	-156
Ativo de concessão	-2.276.454	-2.253.894
Estoques	-7.057	61.529
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-42.504	-202.667
Tributos e contribuições a compensar	-43.388	3.528
Despesas pagas antecipadamente	-30.195	-1.723
Cauções e depósitos vinculados	-2.861	9.856
Crédito com controladas	223	-14.292
Outros	4.843	-117.457
Aumento (diminuição) de passivos	(51.029)	152.327
Fornecedores	-52.975	-14.428
Tributos e encargos sociais a recolher	13.131	163.522
Obrigações trabalhistas	-8.882	11.753
Encargos regulatórios a recolher	-2.583	6.662
Provisões	-4.742	-14.925
Valores a pagar Funcesp	-16	-1.302
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	-620	-2.480
Reserva Global de Reversão	0	0
Outros	5.658	3.525
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.362.104	1.362.104
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(612.750)	(177.309)
Aplicações financeiras	-265.886	-1.744.485
Regates de Aplicações financeiras	235.132	1.767.685
Imobilizado	-1.446	-7.525



Resultados 1T21

Intangível	-561.550	-5.511
Investimentos	-19.000	-207.166
Dividendos recebidos	0	19.693
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	496.845	286.571
Adições de empréstimos	1.046.037	2.255.516
Pagamentos de empréstimos (principal)	-31.807	-1.263.352
Pagamentos de empréstimos (juros)	-35.977	-167.144
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-3.042	-13.275
Pagamentos Arrendamento Mercantil (juros)	0	0
Transações com acionistas não controladores	-1.855	-21.147
Instrumentos financeiros derivativos	11.067	243.342
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-487.578	-747.369
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1.213.649)	1.471.366
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	853.688	595.971
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.067.337	2.067.337
Varição em caixa e equivalentes de caixa	-1.213.649	1.471.366

Anexo XI – Ebitda IFRS x Regulatório (R\$ mil)

EBITDA	1T21	1T20	Var (%)
EBITDA IFRS (ICVM 527)	882,1	609,4	44,7%
(-) Receita de implementação da infraestrutura	-235,6	-146,6	60,7%
(-) Remuneração dos ativos de concessão	-679,0	-478,9	41,8%
(-) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	-20,9	0,0	N,A,
(-) Receita de O&M	-318,1	-297,2	7,1%
(+) Receita de uso da rede elétrica	991,0	843,8	17,5%
(+) PIS e COFINS diferidos	25,0	7,8	221,3%
(+) Custo de implementação da infraestrutura	185,7	141,1	31,7%
(-) Custo de O & M	-1,2	-4,3	-71,3%
(-) Despesas gerais e administrativas	-4,8	-0,5	782,9%
(-) Equivalência patrimonial	-123,0	-42,2	191,4%
(-) Outras receitas (despesas) operacionais	-3,1	-14,9	-79,4%
EBITDA REGULATÓRIO (ICVM 527)	698,1	617,41	13,1%
Equivalência Patrimonial	-1,2	-20,3	-94,1%
Recebimento do retroativo da PA (RTP e RBSE)	72,6	0,0	N,A,
Custos e despesas não recorrentes ¹	1,0	2,5	-60,0%
EBITDA AJUSTADO	770,5	599,6	28,5%

¹Projetos de crescimento, gastos e doações COVID-19 e auto de infração,